

Reflexões sobre lugares sociais de mulheres brancas

TASSIANA CARLI*

Resumo: Este artigo apresenta parte dos resultados de pesquisa concluída na área de Psicologia cujo objetivo foi sistematizar artigos das Ciências Humanas e Sociais da América Latina, do ínterim de 2003 a 2021, que abordam as relações étnico-raciais com foco na branquitude desde o paradigma da interseccionalidade. Teve como metodologia a Revisão Sistemática de Literatura. Foram considerados os principais conteúdos abordados, objetivos e metodologias/métodos dos artigos analisados. Propusemos apresentar problematizações e reflexões acerca dos conteúdos abordados, especificamente sobre os lugares das mulheres brancas em países da América Latina, desde a academia a movimentos feministas ou de mulheres e papéis/representações sociais. Demonstramos a importância de se compreender que não há como se pensar em estratégias e práticas antirracistas efetivas sem o reconhecimento das opressões de diferentes origens. Consideramos legítimas as denúncias acerca da recorrência de violência contra mulheres brancas, mas não se podem desconsiderar os privilégios que nelas incidem desde suas branquitudes.

Palavras-chave: branquitude; gênero; América Latina.

Reflections on white women's social places

Abstract: This article presents part of the results of research completed in the field of Psychology that aimed to systematize articles produced by areas of the Latin America Human and Social Sciences, from 2003 to 2021, which address ethnic-racial relations focusing on whiteness considering the paradigm of intersectionality. Its methodology was the Systematic Literature Review. We considered the main contents, objectives and methodologies/methods of the analyzed articles. We propose to present problematizations and reflections about the approached contents, specifically about the white women places in Latin America countries, from the academy to feminist or women's movements and roles/social representations. We demonstrate the importance of understanding there is no way to think about effective anti-racist strategies and practices without recognizing oppression from different origins. We consider the complaints about the recurrence of violence against white women to be legitimate, but the privileges that affect them since their whiteness cannot be disregarded.

Key words: whiteness; gender; Latin America.



* TASSIANA CARLI é doutoranda em Psicologia pela Unesp Assis-SP.

Introdução

O presente artigo apresenta parte dos resultados de pesquisa concluída na área de Psicologia cujo objetivo foi a sistematização de artigos de áreas das Ciências Humanas e Sociais da América Latina¹, produzidos no íterim de 2003 a 2021, que abordam as relações étnico-raciais com foco na branquitude desde o paradigma da interseccionalidade. Como metodologia, foi utilizada a Revisão Sistemática de Literatura, que tem por finalidade identificar os estudos mais relevantes quanto a questões de pesquisa já apresentadas anteriormente, a fim de avaliar e apresentar as implicações e contribuições para os campos de saber respectivos (MACLURE et al., 2016).

A partir de nossas buscas em plataformas de dados de pesquisa - “Portal de periódicos Capes”, “SciELO” e “Google Acadêmico” - pudemos contar, para análise, com produções de países como Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, México, República Dominicana, entre outros. Para a sistematização, foram consideradas as seguintes categorias: principais conteúdos abordados, objetivos e metodologias/métodos dos artigos analisados.

Propomos, aqui, nos focar em relação aos resultados obtidos por meio da

análise dos conteúdos abordados, especificamente o que se refere a lugares sociais de mulheres brancas². Entretanto, antes de apresentá-los, buscaremos traçar um caminho sobre o que se compreende enquanto branquitude e porque consideramos necessária e urgente a discussão e produção de conhecimento a seu respeito.

O que é branquitude e por que abordá-la enquanto tema de pesquisa?

Pesquisas voltadas para as relações étnico-raciais geralmente não contemplam perspectivas analíticas sobre a racialidade branca (BENTO, 2002). Ainda que seja comum encontrarmos pesquisas críticas desenvolvidas por pesquisadores e pesquisadoras negros e não brancos³ em relação à branquitude, como Ramos (1957), estas ganharam notoriedade apenas a partir dos anos 1990.

Bento (2002) e Frankenberg (2004) compartilham a compreensão da branquitude enquanto um lugar estruturalmente vantajoso, privilegiado, tanto simbólica quanto materialmente, e poderoso em sociedades pautadas por estruturas racistas, ou seja, o lugar social das pessoas brancas. Importa ressaltar que, conforme Ware (2004), as estruturas ideológicas da supremacia branca se constituíram de maneiras diversas de acordo com cada contexto. No caso do Brasil, por exemplo, ser branco encontra-se intrinsecamente

¹ Ainda que em nossa pesquisa tenhamos utilizado o termo “América Latina”, decorrente do processo colonial, no qual o colonizador nos nomeia de acordo com seus interesses, negando, assim, as múltiplas e plurais etnias existentes no território, consideramos refletir sobre a importância de nos apropriarmos de outros produzidos desde nosso território. Referimo-nos a Abya Yala, uma vez que “[...] nos diferentes encontros do movimento dos povos originários, o nome América vem sendo substituído por Abya Yala, indicando assim não só outro nome, mas também a presença de outro sujeito enunciativo de discurso, até então calado e subalternizado em termos políticos: os povos originários” (PORTO-GONÇALVES, 2009).

² É importante ressaltar que os artigos apresentam análise em relação a mulheres brancas cisgêneras que, geralmente, correspondem a uma noção de feminilidade e um padrão estético normatizador, como a magreza, portanto, aqui, a elas nos referimos.

³ Em relação ao termo “não branco”, como o compreendemos como um termo que continua a ter a branquitude como demarcadora, estamos em busca de outras conceituações possíveis.

relacionado ao fenótipo (SCHUCMAN, 2014), ou seja, aos traços físicos correspondentes ao que é lido enquanto europeu. Bento (2002) também afirma que ser branco em nosso território está intimamente ligado à ideologia de branqueamento.

Inicialmente, o branqueamento fora compreendido enquanto resultado da miscigenação no país “responsável pelo aumento numérico proporcionalmente superior de mestiços em relação ao crescimento dos grupos negros e brancos na composição racial da população brasileira” (CARONE, 2002, p. 13-14). Em relação a isso, considerando que a miscigenação não se deu por processo natural, mas marcada por práticas de violência e exploração exercidas sobre os corpos de pessoas não brancas, não podemos deixar de voltar-nos para o branqueamento enquanto projeto de extermínio operado pela branquitude. Conforme Carone (2002), principalmente após a abolição, a elite brasileira, branca, com medo da perda de poder e privilégio devido à composição majoritariamente negra do país, vê na política de branqueamento a solução para se embranquecer o país, operando a partir do incentivo à imigração europeia para mão de obra.

Carone (2002) ainda afirma que houve uma reversão da lógica sobre o branqueamento, o qual passa a ser visto em caráter patológico a partir de um discurso que atribui a pessoas negras o desejo de se branquear. Segundo Fanon (2008), tal reversão também constituiu o processo de subjetivação de pessoas negras, marcando-as enquanto sujeitos sem singularidade, diferente do que acontece a pessoas brancas. Porém, ele não deixa de considerar que uma estrutura racista também cobra seu preço à branquitude: suas próprias humanidades. “A desgraça do homem de

cor é ter sido escravizado. A desgraça e a desumanidade do branco consistem em ter matado o homem em algum lugar. Consiste, ainda hoje, em organizar racionalmente essa desumanização” (FANON, 2008, p. 190-191). Assim, o racismo se configura enquanto uma estrutura que atravessa a todas as pessoas.

Nesse sentido, apesar de algumas conceituações proporem uma invisibilidade da branquitude (PIZA, 2002), existem outras que as contrapõem, como as de Frankenberg (2004). Para ela, a ideia de invisibilidade branca se constitui enquanto miragem, já que se trata de uma intensa visibilidade silenciada a partir de sua posição enquanto identidade universal e, por isso, detentora de privilégios.

Outra característica da branquitude diz respeito à fragilidade branca (DIANGELO, 2018). Esta se configura enquanto uma condição produzida e sustentada por privilégios sociais e materiais incidentes sobre a posição estrutural da branquitude, desde a garantia de sua existência em todos os âmbitos, como no caso de acesso a direitos básicos, respeito aos seus valores, perspectivas, estética, entre outros.

Como efeito, para Diangelo (2018), surgem diversas reações e dificuldades de pessoas brancas quando questionadas acerca do racismo e de suas manifestações cotidianas. Nesse sentido, para ela, existe uma fragilidade emocional branca decorrente do escasso convívio com outros grupos étnico-raciais, bem como de sua posição social que a protege de experiências estressantes advindas do racismo, fatos incidentes sobre pessoas negras e não brancas.

Em complemento, embora a branquitude esteja em posição de vantagem racial, segundo Schucman (2014), não podemos desconsiderar os marcadores que propiciam a divisão dentro do próprio grupo, como é o caso da origem, do gênero, da sexualidade, da classe, entre outros. Sendo assim, reconhecemos a importância de nos atentarmos às interseccionalidades. Conforme Crenshaw (2002, p. 177),

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

O conceito de interseccionalidade, por outro lado, também nos obriga a reconhecer e admitir a existência de posições hegemônicas (PISCITELLI, 2004). Assim, propomos nos voltar analiticamente a artigos que abordam e tensionam nossos lugares enquanto mulheres brancas em países da América Latina, desde a academia a movimentos feministas ou de mulheres e papéis/representações sociais.

Branquitude e lugares sociais de mulheres brancas

Frankenberg (2004) afirma que, embora as mulheres encontrem-se à margem nas relações de gênero, parecem ocupar posição de poder junto a sua

contrapartida masculina quando identificadas enquanto brancas. Ainda que consideremos importante a ética e cuidado em se localizar os espaços a que nos referimos, já que também vivemos em um sistema machista e patriarcal, identificamos, com nossas análises, a urgência de reconhecimento da branquitude e seus privilégios por nós, mulheres brancas. Dessa maneira, apresentamos as principais perspectivas encontradas acerca do tema, produzidas por pesquisadores e pesquisadoras da América Latina.

Machado (2018) propõe, por exemplo, que as narrativas de mulheres brancas acadêmicas entrevistadas acerca de suas trajetórias profissionais demonstraram que, para elas, a raça não se constitui enquanto um fator influente, uma vez que se apoiam apenas no discurso das desigualdades de classes, as quais teriam transgredido com seus próprios esforços. Entretanto, para a autora, outros marcadores não se fazem suficientes para restringir ou excluir as entrevistadas do seu meio profissional, ocupado majoritariamente por homens brancos, uma vez que a cor de suas peles “lhes garante mobilidade no interior do grupo do qual a pessoa faz parte”. (MACHADO, 2018, p. 391)

Martínez (2018), a partir do reconhecimento de seus privilégios enquanto mulher branca em Bogotá, Colômbia, traz a importância de se compreender a própria branquitude desde uma lente descolonial, a qual pode desvelar a construção de poderes, hegemonias e dominações não vistas, não marcadas, naturalizadas e universalizantes. Ressaltando que não é possível admitir essa narrativa fora de uma perspectiva colonial, Martínez (2018) refere-se ao imaginário perpetuado sobre os espanhóis colonizadores, com os quais se busca

estabelecer um tronco genealógico por serem compreendidos como aqueles que trouxeram a civilização. Nesse cenário, as mulheres brancas são tidas como mães da colônia e, posteriormente, da nação, tanto biológica quanto simbolicamente, embora sempre sustentadas por negras e indígenas.

Podemos perceber como a história tem se reatualizado desde as críticas que nos traz Freitas (2019) sobre as teorias que universalizam o “ser mulher”, isto é, os feminismos hegemônicos. Estes, em um primeiro momento, quando discutiam a pauta da maternidade, tratavam, na realidade, de “problemas da maternidade de mulheres brancas”. (FREITAS, 2019, p. 113)

Segundo a autora em questão, em termos históricos, a década de 70 constituiu-se um marco para os direitos reprodutivos com o desenvolvimento de métodos contraceptivos e a desnaturalização da reprodução. Assim, embora as crises econômicas da década de 80 incidissem sobre o retorno das mulheres ao lar e ao cuidado dos filhos, elas agora teriam possibilidade de escolha quanto ao exercício da maternagem. Importa ressaltar, porém, que “a retomada do discurso de valorização da maternidade, engendrada pelo interesse econômico de manter as mulheres no lar, não foi para todas as mulheres” (FREITAS, 2019, p. 113), mas sim para mulheres brancas.

Dell’Aglío e Machado (2020), por essa perspectiva, abordam o cuidado como uma ética e prática impostas ao gênero feminino, o que pode gerar adoecimento de mulheres com filhos as quais estão trabalhando remuneradamente desde suas casas no contexto de isolamento social. Porém, as autoras demarcam a própria possibilidade de se “trabalhar em casa” remuneradamente como privilégio da branquitude.

Assim, constata-se que a branquitude construiu-se também apoiada na subalternização das posições de trabalho, ocupadas em sua maioria por pessoas negras, como forma de diferenciar e demarcar as posições sociais hierárquicas. Então, sob a falaciosa noção de autonomia propagada por um contexto neoliberal, pessoas brancas, incluindo as mulheres, sustentam seus privilégios às custas de uma rede de opressão incidente sobre pessoas não brancas no que tange à contratação de serviços.

Huijg (2011) busca compreender como jovens ativistas (não) brancas de São Paulo entendem a complexidade do processo de formação de suas identidades raciais. Analisa, para isso, duas entrevistas concedidas por mulheres que, apesar de serem lidas socialmente enquanto brancas, autodeclararam-se negra e “sem raça”, respectivamente. Para a referida autora, porém, não há como se negar a branquitude, pois está intrinsecamente ligada ao modo como somos lidos racialmente e, por consequência, tratados.

Aponta, então, para as contradições de certas práxis ativistas que tendem a dicotomizar o par “homens opressores” e “mulheres oprimidas”, já que “como mulheres, elas talvez lutem contra um mal, mas como brancas elas ‘são’ esse mal: tornaram-se a sua própria oposição”. (HUIJG, 2011, p. 111)

Almeida (2019), no mesmo sentido, afirma que se faz urgente ao feminismo “revelar o hegemônico para fortalecer o não hegemônico. É de importância vital para o feminismo e para qualquer prática anti-colonial: nomear a norma” (ALMEIDA, 2019, p. 1605), no caso, a branquitude das mulheres nos movimentos feministas.

Para ela, enquanto feministas brancas, também fomos subjetivadas de modo a resistir à reformulação do imaginário que nos foi imposto como modelo universal. Porém, manter-nos em silêncio quanto ao nosso papel na estrutura social racista não invalida o passado e os privilégios garantidos por mulheres brancas. Dessa forma, “a interseccionalidade brasileira nos força a marcar-nos como brancas para assumir uma ação não racista no mundo”. (ALMEIDA, 2019, p. 1608)

Batista (2017), por sua vez, a partir de uma investigação sobre os significados raciais incidentes nos corpos de mulheres do movimento Marcha das Vadias da cidade de Goiânia/GO (MdV/GO) autoidentificadas enquanto brancas, tensiona a busca por “aspectos identitários e potencialidades de alianças e coalizões feministas a partir do sul global”. (BATISTA, 2017, p. 3). Assim, propõe se pensar e articular estratégias de enfrentamento às desigualdades a partir do que denomina “branquitude interseccional feminista”, desde um lugar a partir do qual “a branquitude feminista possa ser pensada, criticada e desconstruída, reconhecendo o racismo que a articula na manutenção de seus próprios privilégios” (BATISTA, 2017, p. 10-11), para que se possa, assim, produzir coalizões de alianças que superem as identidades.

Para além do eixo opressor norte-sul, Batista (2017) sugere se pensar no trânsito sul-sul que também sustenta suas colonialidades, bem como reconhecê-las a partir do lugar do branco “que se ocupa sem querer ocupar” (BATISTA, 2017, p. 11). Assim, “evidenciá-las [as colonialidades] nos seus mais diversos modos, nos processos abertos de tradução, é tentar abri-las para que deixem de existir no

mundo que desejamos”. (BATISTA, 2017, p. 11)

Mezzomo (2019) também tensiona acerca dos privilégios da branquitude em movimentos feministas desde a categoria do protagonismo. Este, segundo a pesquisadora em questão, se dá seja por reconhecimento social - quando uma mulher branca discursa sobre algo já abordado por mulheres não brancas e se faz ouvida - e/ou pelo protagonismo reivindicado, característico da subjetividade da branquitude – por ter espaços de poder garantidos histórica, social e culturalmente. Dessa forma, para ela, mulheres brancas não devem ocupar protagonismo e lugar de fala indevidos, assim “não determinando o que é racismo e não decidindo o sofrimento da mulher negra”. (MEZZOMO, 2019, p. 43)

Kumpera (2019), por sua vez, parte da perspectiva analítica do silêncio enquanto um privilégio da branquitude, inclusive nos movimentos feministas. Em outros termos, ao silenciarmos sobre nossos privilégios enquanto brancas, nos evadimos da responsabilização coletiva frente a criação e manutenção do sistema racista. Assim, encaminhamos nossas práticas de modo a sustentar nosso poder, principalmente pelo fato de a perda de privilégios estar em questão.

A referida pesquisadora também afirma que existe o medo recorrente em ativistas de movimentos feministas de se assemelhar ao opressor, fato que denuncia o afastamento das reflexões propostas pelo paradigma da interseccionalidade. Esse medo, por já se configurar enquanto privilégio branco, implica em silêncio frente aos fundamentos raciais quando se tem a branquitude em foco.

Nesse sentido, desde sua orientação sexual enquanto lésbica, afirma que

Romper com o silêncio em relação ao nosso racismo implicaria, por exemplo, em questionar como a branquitude nos coloca em um lugar de aprovação social, ainda que sejamos lésbicas. É evidente que o regime político da heterossexualidade (WITTIG, 2006) violenta as lésbicas como um grupo social, mas é necessário entender que nos impacta de maneiras diferentes. Talvez a branquitude atue como uma espécie de “mecanismo de compensação”, blindando-nos em alguma medida da lesbofobia, por meio dos acessos que ela nos permite (educação, trabalho, capital cultural e intelectual etc.). (KUMPERA, 2019, p. 138)

Bittelbrun (2016) aborda a respeito da propagação ideológica de determinados padrões estéticos por revistas femininas a fim de corroborar com o tipo de mulher instituído como universal, o qual recai, no caso, sobre os corpos brancos e magros. A referida autora parte da análise da trajetória das capas de duas revistas femininas – *Claudia* e *TPM*. Constatou que, apesar de a segunda surgir com a proposta de contrapor os modelos femininos de beleza, “as páginas são ainda muito brancas e, nelas, ainda é possível encontrar muito mais do conhecido carrasco, manequim 38, do que de seus excessos” (BITTELBRUN, 2016, p. 39). A esse tipo de mídia, a citada pesquisadora atribui o papel de contribuir para a operacionalização constante do branqueamento no país, já que universaliza um padrão de feminilidade e beleza conjugado na figura da mulher branca e magra.

Outro tensionamento trazido por Bittelbrun (2016) diz respeito a entrevistas concedidas pelas

celebridades que estampam as capas. Apoiada em narrativas de uma atriz global, Bittelbrun (2016) demonstra a presença de um discurso de cunho meritocrático, o qual em nenhum momento é problematizado em relação à posição hegemônica da atriz enquanto mulher branca e magra.

Vacuende del Río e Andrade (2015) também colocam em foco o padrão estético das mulheres brancas quando buscam compreender as dinâmicas das relações sociais em Cuenca, Equador, por meio da análise de concursos de beleza tradicionalmente realizados na cidade. Para eles, são concursos que geram disputas e conflitos ao elegerem um ideal de mulher representante da identidade nacional.

Assim, a partir da análise comparativa dos concursos cuencanos “Chola cuencana” e “Rainha de Cuenca”, afirmam que o ideal de beleza preconizado nos concursos são os traços brancos, imagem estética também valorizada em outros países, como Bolívia e Peru, a qual exclui mulheres indígenas da estética “nacional”. Dessa forma, observam que as mulheres são ensinadas desde crianças o desigual valor de seus corpos, o que as levam a interiorizar a ordem corporal correspondente a sua função de gênero, raça e classe.

Gil (2017, 2017, p. 20), por fim, parte de análises de migrações internacionais do Sul para o Norte como processos “enraizados en la producción de desigualdades sociohistóricas y geopolíticas encarnadas en diferenciaciones socioculturales de ‘género’, pero también de ‘raza’, ‘cultura’ y ‘nación’”. Partindo de epistemologias feministas, bem como multilocalis, a referida pesquisadora busca uma etnografia de sua experiência de campo enquanto mulher branca na

República Dominicana, a fim de restituir o valor do conhecimento desde nossos próprios corpos.

Assim, Gil (2017) afirma que seu contexto de origem, no caso a Espanha, fazia-se como um lugar desejável para se encontrar uma ‘vida melhor’, sendo um país considerado como a ‘pátria mãe’ desde noções geopolíticas decoloniais. Nesse sentido, atribuí essa desejabilidade também inscrita em seu próprio corpo, sexualizado e racializado como mulher branca representante da Espanha. Isso, segundo suas palavras, a situava em uma posição privilegiada, por mais que ela tentasse evitar: “Mi intersubjetividad se iba conformando desde inscripciones en mi cuerpo de raza, género, sexualidad e historia colonial” (GIL, 2017, p. 30).

Outro fator abordado por Gil (2017) foi o de compreender, a partir de sua proximidade com alguns homens e mulheres da região, que seu corpo não necessariamente correspondia a um protótipo de beleza sexual. As mulheres e os homens espanhóis eram vistos como sexualmente frios, inclusive pela noção construída sobre um corpo ‘caliente’ que se configura enquanto “volumoso”. Dessa maneira, Gil (2017), enquanto uma mulher magra, entende que a atração voltada para si decorria da cor de sua pele. Ela sentia-se branca da mesma forma quando as meninas pequenas admiravam seu cabelo e seu corpo em detrimento dos delas.

Notamos, portanto, que ainda existem contradições nos discursos de mulheres brancas, as quais, apesar de ocuparem espaços de ativismo e militância, bem como de produção de conhecimento crítico, continuam negando rever e reconhecer sua branquitude e os privilégios garantidos por ela, o que, a nosso ver, impossibilita a efetividade de práticas e estratégias antirracistas.

Considerações finais

Buscamos apresentar a importância de tematizar a branquitude em nossas pesquisas, bem como trazer conceituações que nos auxiliam para a compreensão e produção de conhecimento acerca da temática. A partir da análise de artigos em relação aos seus principais conteúdos abordados, priorizamos neste trabalho aqueles referentes às problematizações e reflexões sobre lugares sociais de mulheres brancas.

Apesar das singularidades e particularidades de cada grupo e localidade no que tange à branquitude, pudemos verificar que os países da América Latina, no limite, aqueles apresentados pelos artigos pesquisados, devido ao processo de colonização e suas implicações, possuem formações sociais semelhantes. Dessa forma, constitui-se enquanto um território em que se tem a branquitude como categoria normativa, na qual, desde uma perspectiva interseccional, também se encontram mulheres brancas.

Considerando principalmente as interseccionalidades entre raça e gênero, propusemo-nos a apresentar tensionamentos, problematizações e reflexões acerca da posição de mulheres brancas em alguns países da América Latina, desde a academia a movimentos feministas ou de mulheres e papéis/representações sociais, bem como da importância do reconhecimento da racialidade não marcada, portanto não colocada em pauta, para criarmos possibilidades de transformações efetivas.

A respeito das reflexões sobre as posições de ativistas/militantes de movimentos feministas e/ou de mulheres lidas enquanto brancas, deparamo-nos com considerações e

tensionamentos acerca do modo como pautam-se em uma luta que parece reduzir as desigualdades sociais às questões de gênero. Dessa forma, encontramos narrativas de mulheres lidas como brancas que assim não se autoidentificam e encaminham suas práxis feministas de maneira a não contemplar outros marcadores, como a raça, o que as isenta de reconhecerem seus privilégios enquanto brancas, corroborando para a sustentação do racismo a partir da manutenção dos interesses do grupo. Nesse sentido, geralmente não abrangem outras formas de existências e resistências, ainda que isso seja contestado pelas representantes dos movimentos feministas em questão, que parecem declarar-se a favor da luta por todas as mulheres.

Sendo assim, continuam a sustentar seus privilégios desde diversos lugares, como na possibilidade de protagonismo, seja pelo fato de se fazerem ouvidas recorrentemente ou de reivindicarem esse lugar que lhes foi permitido durante suas existências devido à cor de suas peles. Do mesmo modo, operam de maneira a garantir possibilidade de silenciamento diante de discussões acerca dos fundamentos étnico-raciais ao não reconhecerem suas responsabilidades na estruturação e manutenção de nosso sistema racista.

Importa ressaltar que não estamos desconsiderando os movimentos e resistências operados por pessoas não brancas contra as posições estruturalmente hegemônicas. Nesse sentido, pensamos que devemos nos questionar, enquanto mulheres brancas feministas, sobre como temos ocupado nosso lugar de escuta, em detrimento do reivindicado protagonismo, em relação a outras formas de existências, uma vez que podemos identificar as narrativas de mulheres plurais quanto as suas

singularidades, compostas por diversos marcadores, que tendemos a não considerar.

Outros papéis e representações sociais que continuam a privilegiar mulheres brancas também foram problematizados, como no caso de suas relações com o espaço acadêmico, a maternidade, a “autonomia” profissional, os padrões estéticos. Por essa perspectiva, consideramos refletir sobre o processo histórico de escravização que se reatualiza constantemente em nossa sociedade. Significa dizer que, a nosso ver, enquanto mulheres brancas, continuamos a sustentar nossos privilégios quando nos amparamos na noção de opressões operadas isoladamente, como as de classe ou gênero. Assim, ocupamos os espaços acadêmicos enquanto professoras, encaminhamos nossas maternidades e exercícios profissionais, mantemo-nos na posição de padrão estético desejável, como veiculam as mídias e outros meios, às custas de uma rede de opressão e violência a qual compõem, geralmente, pessoas não brancas.

Desse modo, demonstramos a importância de se compreender que não há como se pensar em estratégias e práticas antirracistas que transformem efetivamente as desigualdades sem antes haver o reconhecimento das opressões de diferentes origens. Em outros termos, consideramos legítimas as denúncias acerca da recorrência de violência contra mulheres brancas, mas não se podem desconsiderar os privilégios que nelas incidem desde suas branquitudes.

Insistimos em dizer que não significa que todas as mulheres brancas sejam iguais, estamos apenas nos propondo a refletir e tensionar a respeito da branquitude enquanto um marcador que pode operar como privilégio, ainda que a ele se somem os de gênero,

sexualidade, classe, entre outros. Porém, consideramos sempre aproximarmos nossas lentes analíticas de maneira cuidadosa e ética, respeitando as singularidades e particularidades de cada contexto.

Dessa forma, buscamos contribuir para a expansão dos estudos das relações étnico-raciais das áreas Ciências Humanas e Sociais da América Latina, as quais ainda costumam apresentar produções de conhecimento majoritariamente com ênfase em pessoas não brancas. Da mesma maneira, tivemos a intenção de contribuir para se repensar as agendas de movimentos feministas e/ou de mulheres que tendem a se apoiar na dicotomia opressor-oprimido, direcionando uma luta contra o homem branco cis-heterossexual, o que não “permite” às mulheres brancas reconhecerem seus privilégios em relação às não brancas. Pretendemos também contribuir com a socialização desta produção para que, enquanto ativistas e militantes brancas, possamos ser responsáveis por nosso letramento racial e pelo reconhecimento de nossos privilégios a fim de encontrarmos vias efetivas de reparação histórica em relação a povos escravizados, ou seja, não brancos.

Por fim, enquanto psicólogos, buscamos contribuir para uma formação e atuação ética, reconhecendo o papel da Psicologia em sua trajetória de manutenção de privilégios a pessoas brancas. Ademais, consideramos que a psicologia brasileira pode contribuir na produção de conhecimento acerca do racismo e suas implicações na estrutura psíquica tanto de pessoas brancas quanto não brancas.

Referências

- ALMEIDA, E. L. de. Anti-colonizar os afetos da branquitude no feminismo brasileiro. In: Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 5, n. 1, janeiro de 2019. Disponível em https://www.brazilianjournals.com/index.php/B_RJD/article/view/1142/997. Acesso em 02.01.21
- BATISTA, P. N. P. Que vadia branca é essa? Reflexões sobre feminismos, branquitude e tradução politicamente investida a partir da Marcha das Vadias de Goiânia/GO. In: 13º mundos de mulheres e Fazendo gênero 11 – transformações, conexões, deslocamentos, 2017, Florianópolis. **Anais 13º mundos de mulheres e Fazendo gênero 11 – transformações, conexões, deslocamentos**, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017, p. 1-12
- BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- BENTO, M. A. S. Branquitude: o lado oculto do discurso sobre o negro. In: **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- BITTELBRUN, G. V. Manequim 38 e seus excessos: magreza e branquitude em revistas femininas do século 21. In: Revista Rascunhos Culturais, v. 7, n. 13, janeiro e junho de 2016. Disponível em http://revistarascunhos.sites.ufms.br/files/2018/09/Rascunhos_Culturais_V_7_N_13.pdf Acesso em 05.12.20
- CARONE, I. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- DELL'AGLIO, D. D.; MACHADO, P. S. Cuidado, branquitude e interdependência: responsabilidades em tempos de isolamento social. In: Inter-legere, v. 3, n. 28, 2020. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/20892>. Acesso em 05.01.21
- DIANGELO, R. **White fragility: why it's so hard for white people talk about racism**. Boston, MA: Beacon Press, 2018.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FRANKENBERG, R. A miragem de uma branquidade não-marcada. In: WARE, V. (Org). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FREITAS, B. F. Maternidade e branquitude: uma discussão sobre os privilégios raciais, simbólicos e materiais. In: Tapriche – educação, cultura e artes, n. 3, agosto de 2019. Disponível em <https://seer.ufs.br/index.php/trapriche/articulo/view/12354>. Acesso em 05.01.21

GIL, C. G. Etnograar las migraciones ‘Sur’-‘Norte’: la inscripción en nuestros cuerpos de representaciones de género, raza y nación. In: EMPIRIA, Revista de Metodología de las Ciencias Sociales, n. 37, maio e agosto de 2017. Disponível em <http://revistas.uned.es/index.php/empiria/articulo/view/18975>. Acesso em 02.01.21

HUIJG, D. D. “Eu não preciso falar que eu sou branca, cara, eu sou Latina!” Ou a complexidade da identificação racial na ideologia de ativistas jovens (não) brancas. In: Cadernos Pagu, n. 36, janeiro e junho de 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cpa/a/SG44bPdDpbKyMv39S8PSfNC/abstract/?lang=pt>. Acesso em 12.02.21

KUMPERA, J. A. M. Lesbianidade e branquitude. Revista Brasileira de Homocultura (Rebeh), v. 2, n. 4, outubro e dezembro de 2019. Disponível em <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh/articulo/view/387>. Acesso em 12.02.21

MACHADO, E. S. Visibilidade não marcada da branquitude: discursos de mulheres brancas acadêmicas. Revista da ABPN - Ed. Especial - Caderno Temático: Letramentos de Reexistência, v. 10, janeiro de 2018. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/index.php/site/issue/view/25fbclid=IwAR231HKDGI5Qz45kkRleQwAIEyGHI6rkz_48TQNAWkibc8FrwXWkQqSuVI. Acesso em 12.02.21

MACLURE, K.; PAUDYAL, V.; STEWART, D. Reviewing the literature, how systematic is systematic? In: Int J Clin Pharm, v. 38, n. 3, junho de 2016. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/27048436>. Acesso em 07.06.20

MARTÍNEZ, M. T. G. Oxímoron: Blanquitud y feminismo descolonial en Abya Yala. In: Descetrada, v. 2, n. 2, 2018. Disponível em

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6798574>. Acesso em 05.12.20

MEZZOMO, R. A branquitude como privilégio nos movimentos feministas! O lugar da mulher branca na luta por igualdades raciais e de gênero. In: **Sexualidade e relações de gênero** (Solange A. de S. Monteiro org.). Ponta Grossa/PR: Atena, 2019.

MUNANGA, K. Prefácio. In: **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

PISCITELLI, A. ‘Pioneiros’: masculinidades em narrativas sobre fundadores de grupos empresariais brasileiros. In: **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo, 2004.

PIZA, E. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidade. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 20, julho e dezembro de 2009. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/made/articulo/view/16231>. Acesso em 05.07.21

RAMOS, A. G. Patologia social do ‘branco’ brasileiro. In: **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2014.

VACUENDE DEL RÍO, J. M.; ANDRADE, P. V. Orden corporal y representaciones raciales, de clase y género en la ciudad de Cuenca (Ecuador). In: Chungara, Revista de Antropología Chilena, v. 48, 2016. Disponível em https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-73562016000200009. Acesso em 23.12.20

WARE, V. O poder duradouro da branquitude: ‘um problema a solucionar’. In: **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

Recebido em 2021-07-10
Publicado em 2022-02-01